MEMÓRIAS E ESCRITOS DO ENSINO DE HISTÓRIA: OS CURRÍCULOS DO PARANÁ

Ricardo Enguel Gonçalves (PIBIC/Fundação Araucária/UEPG), Paulo Eduardo Dias de Mello (Orientador), e-mail: paulodemello04@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de História.

Ciências Humanas, Educação, História da Educação

Palavras-chave: Ensino de História, Educação, Currículo.

Resumo

O presente texto aborda alguns resultados parciais de uma pesquisa acerca da constituição do campo da pesquisa em Ensino de História no Brasil denominada "Memórias e Escritos do Ensino de História". A pesquisa de caráter interinstitucional coletou entrevistas com pesquisadores e produções bibliográficas dos últimos cinquenta anos, visando estabelecer as gerações e grandes temas que forjaram o campo de pesquisa no Brasil. Como recorte para nossa análise realizamos uma breve discussão sobre atuação de pesquisadores na formulação de currículos de História para a Educação Básica, tendo como espaço o estado do Paraná. *A posteriori,* serão elucidados alguns dos resultados alcançados pela análise do material de pesquisa (entrevistas) que tratam do Ensino de História em suas variadas esferas buscando argumentar sobre perspectivas de pesquisa e preocupações inerentes ao campo.

Introdução

Proveniente do período de redemocratização, o campo do Ensino de História enfrenta em seu âmago – desde sua origem – transformações intrínsecas às práticas teóricas e metodológicas. Ensejada pelo declínio do militarismo, a reentrada da disciplina histórica aos currículos do 1º grau durante a década de 80 do século XX propiciou uma perspectiva transformadora para se pensar o Ensino de História dentro de uma lógica específica e autônoma na qual foi procurado delimitar ao campo – além de sua consolidação – objetos e temas pertinentes ao exercício de sua atuação. Segundo Barca *"o Ensino de História constitui-se hoje como um fértil campo de investigação, sendo objeto de pesquisa sob diversos ângulos que integram quer perspectivas diacrônicas quer a análise de problemáticas atuais do ensino específico"*[1], entretanto, o "fértil campo" destacado pela portuguesa fora responsável por lidar diretamente com legados herdados por episódios predecessores a sua constituição no Brasil, um deles trata-se do paradoxo educacional militar. Mesmo com as intencionalidades do poder público da década de 70 destinadas à educação explicitadas no teor tecnicista das reformas[2] de 1º e 2º graus visando a formação de sujeitos aptos ao ofício econômico do mercado de trabalho, o mesmo governo tratou de contribuir com o aumento da população escolar em níveis qualitativos e quantitativos, ou seja, alunos oriundos de ambientes distintos, advindos da classe trabalhadora, portadores de culturas e expressões subjetivas a partir de agora adentravam o âmbito escolar com maior efetivação, promovendo crise na organização educacional e na seleção de conhecimento transmitida por ela. A reestruturação no ensino era inevitável e para

[1] BARCA, Isabel. 2005, p. 15

[2] Para informações, verificar Lei 5.692/71. Considerada "Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" em substituição à Lei 4.024/61.

tanto, debates sobre questões relacionadas com o possível rumo a ser adotado pela educação nacional tomaram conta do campo do Ensino de História em emergência no momento, dentre eles: materiais didáticos, manuais, formação de professores e composições curriculares. A recusa por parte dos educadores em receber "pacotes"[3] advindos das autoridades ligadas à educação exemplificou o desejo dos professores em findar com as constantes ausências nos processos de escolhas dos conteúdos e metodologias a serem aplicadas em sala de aula, portanto, começou-se a notar uma certa cobrança por parte dos mediadores de conhecimento na relação ensino-aprendizagem por participação direta e decisiva nas construções de programas curriculares voltadas para a formação básica. Tendo em vista que no Brasil o Ensino de História e a Educação se encontram em consonância, pode-se deduzir que o cenário funesto pelo qual o sistema educacional passava fora crucial para levar ao campo em estruturação abordagens visando estancar a sangria existente na escola pública e, com isso evidenciava-se como preocupação central do Ensino de História – além das indagações "História do que?", "de quem?" e "para quem?" – qual o projeto de escola pública se pretendia elaborar à população? Entre os debates supracitados como intrínsecos à constituição do campo, as estruturações curriculares são consideradas fundamentais para o desenvolvimento dos programas escolares, pois, sabendo da carga ideológica intencional existente nos documentos agregadores de valores e metodologias a definição (currículo) fica à cargo dos princípios encontrados na composição da ferramenta de ingerência estatal[4].

Materiais e Métodos

A presente pesquisa fora assessorada, em suma, pela coleta de material proveniente do projeto *Ensino de História: memórias e escritos de um campo de pesquisa*, o qual forneceu entrevistas (em áudio e vídeo) de pesquisadores ligados a instituições universitárias paranaenses responsáveis por argumentar os momentos de desenvolvimento do campo do Ensino de História. No que se refere as conclusões acerca das filosofias curriculares, buscou-se esmiuçar teóricos responsáveis por compreender as implicações pertinentes ao emprego do currículo nas realidades educacionais variadas.

Conforme afirmado por Sacristán (2013) cercado pela visibilidade concreta, o currículo enfrenta denominações variadas e frequentemente é atribuído a seu conceito discursos adversos. Insistindo na ausência de ingenuidade na composição curricular o autor salienta que o entendimento das dimensões por detrás da edificação do documento – agentes e sujeitos, origens e destinos – culmina com a necessidade de posicionamento bem definido por parte dos abrangidos pelas implementações. Na sua análise, o sentido do currículo atualmente é composto pela persistência de habilidades exigidas no exórdio de sua utilização, habilidades essas que além de delimitar os momentos e detalhes a serem cobertos "pela ação de ensinar" discute a autonomia dos educadores. Portanto, *"Em sua origem, o currículo significava o território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos que professores e centros de educação deveriam cobrir; ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores (para que o ensinassem) e aos*

[3] BITTENCOURT, Circe. 1997, p. 13.
[4] Uma das formas de intervenção do Estado no ensino, buscando propiciar sentidos que visem agradar interesses dominantes é através dos currículos e dos programas. Vide ABUD, 1997, p. 28.

estudantes (para que o aprendessem)"[5]. Produto de construção social para Goodson (1997), o currículo recebe o título de "artefato social" pelo escopo inato de sua constituição; a de concretizar interesses subjetivos. Seguindo o discurso do inglês, Nóvoa (1996) destaca a história curricular como ferramenta fundamental para entender a lógica do conhecimento escolar, para ele dotada de dinamismo em oposição a qualquer vertente estática. Em consonância com os demais autores o português adverte que não há resquícios de inocência nas atribuições destinadas ao currículo e que a invocação normatizadora pretende valorizar determinadas correntes em superação à outras, portanto, o currículo se trata de um amalgama de intencionalidades e tendências destinadas a legitimar certos grupos.

Em virtude das modificações[6] na sociedade estadunidense no início do século XX, coube a escola a tarefa de resolver consequências do processo de ascensão industrial e comercial sustentadas pela preconização da mão de obra urbana. Impulsionada pela argumentação de que a escola não seria capaz de atender as necessidades da "revolução" a reforma educacional dos EUA solidificou a *teoria tradicional* do currículo e, com a contribuição de Bobbit procurou engendrar propostas curriculares nos moldes tayloristas[7] ao passo que erigiu uma escola sob pressupostos de produção em série, recusando discursos filosóficos acerca da aprendizagem. A segunda metade do mesmo século reservou a oposição atroz às propostas do primeiro currículo, influenciada pela Nova Sociologia da Educação, Escola de Frankfurt e pela Pedagogia do Oprimido a *teoria crítica* do currículo tratou de questionar as desigualdades sociais e o cunho tecnicista do emprego do currículo anterior, bem como procurou indagar o porquê da ausência de determinados conteúdos na relação ensino-aprendizagem. Fora também a mesma metade do século que formou o currículo *pós-crítico*, teoria que apresentou à sociedade pressupostos pós-colonialistas e pós-estruturalistas, indo além das propostas do currículo tipo crítico.

Resultados e Discussão

Instaurado sob título de área de produção de conhecimento, o Ensino de História apresenta em seu interior constantes embates epistemológicos e metodológicos explicitadas pelas aglutinações de pesquisadores em torno de determinadas correntes (grupos) ideológicas. Geni Rosa Duarte[8] salienta que as disputas são próprias do cotidiano do campo e que as produções historiográficas desenvolvidas servem para demonstrar às demais áreas e sociedade que o campo da ciência histórica não se trata de algo estagnado. Tratada como negativa para a educação, a proposta unificadora de conteúdos fora rebatida pela professora que ligou tal proposta com a edificação de uma disciplina enrijecida contribuindo com a desvalorização da área. A entrevistada coloca a Universidade pública como propiciadora direta da luta contra a depreciação educacional e adverte para a necessidade de se modificar o ensino a partir de um empenho coletivo em que a polarização *área básica-ensino superior* fosse superada, bem como a complexa distribuição de aulas (professor trabalhando em várias escolas) fosse findada, promovendo assim uma dinâmica diferente em que

[5] SACRISTÁN, 2013, p. 17.
[6] Fluxo imigratório, expansão dos valores capitalistas nas variadas esferas, inclusive na educação.
[7] Constituiu-se um currículo com pretensões de eficácia, controle, previsão, racionalidade e economia na adequação de meios e fins.
[8] Doutora em História pela PUC-SP em 2000. Atualmente é professora associada da Unioeste, campus Marechal Cândido Rondon onde atua nos cursos de Licenciatura e Mestrado/Doutorado em História.

professores, alunos e comunidade escolar fossem inseridos. Segundo a professora Marlene Rosa Cainelli[9] o campo além de estar mais próximo da historiografia, encontra-se focado nos conceitos e normatizações provenientes da consciência histórica[10] e da educação histórica[11]. Cainelli argumentou sobre os eventos que marcaram a difusão do campo do Ensino de História (ENPEH, PERSPECTIVAS e ANPUH) e respondeu questões acerca da desvalorização da área. Para ela conflitos em torno da "verdade dos fatos" e sobre "o que é verdade histórica" estão cada vez mais visíveis e são diagnosticados nas pretensões de reescrever momentos do passado em que supostamente a historiografia tenha tendenciado à esquerda.

Conclusão

Conforme supracitado, o Ensino de História emergente nos fins da década de 80 trouxe à tona debates profícuos para repensar a educação e a disciplina histórica, debates esses determinantes na construção de um ensino com impactos concretos na relação ensino-aprendizagem da escola pública. Delimitou-se abordagens acerca dos currículos e as consequências proporcionadas pela adoção de sua teoria nas realidades escolares, bem como se procurou classificar os importantes eventos responsáveis por apresentar reuniões e discussões fundamentais na difusão e produção de conhecimento no campo.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, professor Paulo Eduardo Dias de Mello, pela orientação do subprojeto, a Fundação Araucária pelo fomento à pesquisa e aos professores entrevistados pelo projeto "Ensino de História: memórias e escritos de um campo de pesquisa", em especial as professoras Geni Rosa Duarte e Marlene Rosa Cainelli.

Referências

ARIAS NETO, J.M (Org.) **Dez anos de Pesquisa em Ensino de História.** Londrina: AtritoArt, 2005.

BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula.** 12. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Especialização em Educação em Direitos Humanos.** In: Repositório UNIFESP. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/11600/41162/1/COMFOR-EDH-Mod5.pdf.> Acesso em agosto de 2018.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

[9] Doutora em História Social pela UFPR em 2003. Atualmente é professora associada da UEL, possui experiência na área de História e Educação.

[10] Termo usado pelo alemão Jörn Rüsen que a define como: muito além de um simples conhecimento sobre o passado se trata de uma categoria imbuída de atividades mentais que permitem compreender o presente e orientar o porvir.

[11] Corrente dentro do campo do Ensino de História que trabalha com o embasamento teórico-metodológico do conhecimento histórico dividido em três vieses: observação de ideias de segunda ordem, observação sobre ideias substantivas (caráter qualitativo) e implicações quanto ao uso do saber histórico.